



Plenário discute hoje novas regras para o FPE

Waldemir Barreto/Agência Senado



Pinheiro (E) conversa com Agripino e Aloysio em busca de acordo para votação

Walter Pinheiro fez apelo aos parlamentares pela aprovação de substitutivo, de autoria dele, que tem por objetivo principal evitar situação de insegurança jurídica

As propostas de alteração nas regras de partilha do Fundo de Participação dos Estados, que tramitam em regime de urgência, serão discutidas hoje. Ainda sem acordo, a expectativa é de que sejam votadas na próxima terça-feira. Substitutivo de Walter Pinheiro mantém como piso os valores já recebidos pelos estados e deixa eventuais alterações para discussões futuras.

José Sarney pediu pressa em relação ao FPE e denunciou manobras de adiamento da apreciação da matéria. **8**

TV Senado terá canal aberto no Rio de Janeiro

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, anunciou na noite de ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que em duas semanas o ministério consignará um canal aberto no município do Rio de Janeiro para transmitir a programação da TV Senado. O ministro disse que, de acordo com a direção da emissora, o canal deve estar no ar em até 90 dias.

— Essa é uma demanda justa. Eu sempre darei prioridade para as televisões públicas. Sei da importância da TV Senado para divulgar o trabalho dos parlamentares — afirmou o ministro, que esteve no gabinete de Renan com os senadores pelo estado do Rio de Janeiro Lindbergh

Farias (PT) e Eduardo Lopes (PRB).

No entender de Renan, a expansão do sinal da TV Senado é fundamental para que um número cada vez maior de brasileiros tenha acesso às atividades do Parlamento.

— A TV Senado aproxima o Legislativo da população, aumenta a transparência e o conhecimento da sociedade sobre a política e sobre os senadores que elegeu — ressaltou.

No ar desde 1996, a emissora opera em sinal aberto analógico em nove capitais brasileiras e tem sinal digital próprio em Brasília e em Manaus. Em outras cinco capitais, a TV Senado é transmitida em parceria com a TV Câmara.



Renan Calheiros (D) recebe o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo

Luiz de Paula/Agência Senado

Juristas preparam anteprojeto da nova Lei de Arbitragem para desafogar tribunais **2**

Milho pode salvar gado sem pasto na seca do Nordeste, dizem produtores **4**

Comissão prepara diligências para aferir problemas de infraestrutura **5**

Pedro Franco/Agência Senado



Objetivo da proposta é combater incerteza jurídica, explica Barbosa, no Senado

Barbosa diz que ICMS único é uma saída organizada da guerra fiscal

Secretário-executivo do Ministério da Fazenda defendeu em audiência medida provisória que unifica alíquotas do tributo. **3**

Para Ana Rita, declarações de Marco Feliciano são graves **6**

Senadores analisam pedido de urgência para Estatuto da Juventude **7**

Senado: transparência, economia e mais eficiência

Adoção da jornada de 7 horas, incorporação de **50 mil** horas adicionais de trabalho e menos contratações

Economia de R\$ 160 milhões
em 2013–2014

SENADO FEDERAL

Juristas vão propor nova Lei de Arbitragem em 6 meses

Comissão de especialistas, instalada ontem, traçou plano de trabalho para apresentar anteprojeto que pretende modernizar as normas para solução de conflitos, descongestionando o Poder Judiciário

PARA ENFRENTAR O congestionamento da Justiça brasileira, que atualmente tem 90 milhões de ações à espera de julgamento, duas opções de solução de conflitos devem ser estimuladas em nova lei a ser elaborada pelo Senado: a mediação e a arbitragem. O presidente da Casa, Renan Calheiros, instalou ontem comissão de juristas encarregada de apresentar um anteprojeto de lei em 180 dias. A comissão se reuniu em seguida sob presidência do ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e discutiu um plano de trabalho.

A arbitragem visa garantir uma solução prática, rápida e eficaz, sem a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário. Levantamento da Fundação Getúlio Vargas indicou que os valores movimentados pela arbitragem cresceram 185% de 2008 a 2009, indo de R\$ 867 milhões para R\$ 2,4 bilhões.

A mediação ainda é pouco utilizada no Brasil, mas na experiência mundial “desponta como ágil e eficiente”, conforme Renan explicou.

Ele disse que, nessa prática, as partes entram em acordo com ajuda de uma terceira pessoa, que aplica técnicas de comunicação e psicologia para aproximar pontos de vista.

No Brasil, a mediação encontra uma lacuna legislativa que “clama pelo seu preenchimento”, segundo Renan. Já a arbitragem, disse, é regulada por lei moderna e considerada uma das melhores do mundo, mas que tem sido questionada.

Mais clareza

A atualização, disse Renan, deverá tornar mais claros alguns preceitos, absorver jurisprudência e avançar em direção ao projeto de Código de Processo Civil, já aprovado no Senado e em exame na Câmara.

O presidente da comissão citou normas legais posteriores à Lei de Arbitragem que tornam necessária a atualização dela. Salomão mencionou exemplos de experiências bem-sucedidas no uso de métodos alternativos de solução de problemas e pediu “um novo olhar” para a base legislativa desse “avançado instituto”.

Comissão fará diagnóstico dos problemas atuais e levantamento de projetos

Em relação ao plano de trabalho, a comissão aprovou que seja elaborado um diagnóstico sobre os problemas enfrentados pela arbitragem. O documento deverá ser apresentado na próxima reunião, prevista para dia 26, às 9h. Serão feitos um levantamento dos projetos de lei e uma exposição do modelo usado pela Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional. O colegiado decidiu criar uma página na internet para coletar sugestões da sociedade e formar uma base de dados.

Um dos integrantes da comissão é o autor do projeto que resultou na Lei de Arbitragem, o ex-senador Marco Maciel. Participam também o ministro do Tribunal de Contas da União Walton Alencar Rodrigues e ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie, entre outros.



June de Araújo/Agência Senado

Aprofundamento das relações bilaterais foi tema do encontro no Senado

Senadores recebem a visita de parlamentares da União Europeia

Delegação da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento Europeu visitou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros. Os parlamentares estão no Brasil para aprofundar o debate sobre as perspectivas das relações bilaterais, tanto entre a União Europeia e o Brasil quanto entre os blocos da Europa e do Mercosul.

O encontro contou com a presença de senadores, entre eles o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE),

Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que destacou a importância da parceria estratégica entre sul-americanos e europeus.

— Estamos tratando da consolidação de um grupo de trabalho que possa reunir o Parlamento brasileiro, o Parlamento do Mercosul e o Parlamento Europeu visando a uma agenda objetiva, com metas claras, de modo que possamos avançar na direção do fortalecimento e até mesmo da consolidação dessas relações — assinalou Ricardo Ferraço.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados ontem no Plenário depois da ordem do dia serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h A pauta continua trancada pelo projeto de lei de conversão que libera recursos para agricultores atingidos pela seca.

PRESIDÊNCIA Lei de Execução Penal

10h Renan Calheiros participa da instalação da comissão que vai atualizar a Lei de Execução Penal; às 12h, recebe o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Cadeia produtiva do leite

8h30 A Comissão de Agricultura debate a cadeia produtiva do leite com o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite, Jorge Rubenz, entre outros.

CDH Campanha do Milênio

9h A Comissão de Direitos Humanos debate a Campanha do Milênio com, entre outros convidados, o representante do Unicef no Brasil, Gary Stahl.

CCJ Terrenos de marinha

9h A Comissão de Constituição e Justiça retoma reunião de ontem para analisar projeto que obriga a divulgação de remuneração de servidores pelos órgãos públicos. Às 14h, debate as PECs 53/2007 e 56/2009, sobre os terrenos de marinha.

SISTEMA DE SAÚDE Eleição do vice

9h Eleição do vice-presidente da comissão que vai analisar soluções para o financiamento do sistema de saúde.

CRE Política externa do Brasil

9h30 O ministro Antonio Patriota vai à Comissão de Relações Exteriores apresentar um balanço sobre o Brasil no mundo e a política externa do país.

SEGURANÇA PÚBLICA Eleição da mesa

10h Instalação da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, da Comissão de Constituição e Justiça. Serão eleitos o presidente e o vice-presidente.

LEI DE EXECUÇÕES PENAIS Instalação

10h Instalação da comissão de juristas com a finalidade de propor atualização da Lei de Execuções Penais. Em seguida será realizada reunião administrativa.

MP REINTEGRA Audiência pública

10h Audiência da comissão da MP 601/12, que prorroga o Reintegra para empresas exportadoras e desonera a folha de pagamentos da construção civil.

COMBATE A INCÊNDIOS Reunião

14h30 O secretário nacional de Defesa Civil, Humberto Viana Filho, participa de reunião da comissão que analisa leis sobre prevenção e combate a incêndios.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h30**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE)**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



June de Araújo/Agência Senado

Ao lado do ministro do STJ Luis Felipe Salomão (D), Renan Calheiros fala durante a instalação da comissão de juristas

João Alberto presidirá o Conselho de Ética

João Alberto Souza (PMDB-MA) foi eleito ontem, pela quarta vez, presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Para a vice-presidência, foi reeleito Jaime Campos (DEM-MT).

Ao assumir a presidência, João Alberto prometeu cumprir a missão e agir “com muito

equilíbrio”. O senador disse que vai preservar a imagem dos colegas e cumprir de maneira rigorosa o Regimento Interno da Casa.

Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos

preceitos do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Senado.

Os atuais membros titulares e suplentes do colegiado foram indicados no início de março.



Lia de Paula/Agência Senado

César Borges é empossado ministro

O presidente do Senado, Renan Calheiros, acompanhou ontem no Palácio do Planalto a posse do ex-senador e ex-governador da Bahia César Borges como ministro dos Transportes. Entre outras autoridades, também participou o líder do PR no Senado, Alfredo Nascimento (AM), que já dirigiu a pasta.

O ministro substitui Paulo Sérgio Passos, indicado para a diretoria-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A presidente da República, Dilma Rousseff, destacou a experiência de Borges como gestor público e afirmou que o Ministério dos Transportes ganha força e capacidade de

ação. Entre os desafios da pasta, ela citou a manutenção das rodovias e a expansão das ferrovias. Dilma disse que a escolha reforça a participação do PR no governo.

— O PR está conosco desde o dia em que o grande brasileiro José Alencar concorreu à Vice-Presidência da República com o presidente Lula — lembrou.

Representante da Fazenda defende unificação do ICMS

Proposta do governo para combater a guerra fiscal entre os estados vai promover saída organizada e gradual da situação atual, afirma Nelson Barbosa em audiência de comissão mista do Congresso

A UNIFICAÇÃO DA alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foi defendida ontem pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, em audiência pública na comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 599/2012.

— A União fez essa proposta devido à incerteza jurídica sobre os incentivos estaduais. Não reflete um consenso dos estados, mas vai promover uma saída organizada e gradual da situação atual — afirmou.

Segundo Barbosa, a unificação do ICMS vai melhorar o funcionamento da economia brasileira, visto que hoje a guerra entre os estados na concessão de benefícios fiscais para atração de empresas cria problemas de acumulação e devolução de créditos. A MP prevê ajuda financeira da União para compensar estados e municípios pelas perdas em razão da redução das alíquotas do ICMS interestadual.

Cerca de 48% das operações interestaduais estão no Sudeste, onde ocorre a maior



Senador Romero Jucá fala com Barbosa, que ontem debateu a MP 599/2012

guerra fiscal, enquanto Norte e Nordeste respondem por 11%. Pela proposta do governo, disse Barbosa, 20 estados ganham e 7 estados perdem, entre eles Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás, por conta da dependência das exportações.

Esgotamento

Barbosa disse que a concessão de incentivos sem aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) generalizou-se, provocando o esgotamento da guerra fiscal. Ele frisou que incentivos não aprovados pelo Confaz não têm validade jurídica.

O secretário-executivo informou que o governo pensa em alterar alguns pontos da

MP. Em resposta a Lúcia Vânia (PSDB-GO), explicou que a constitucionalização dos fundos de desenvolvimento não se justifica porque eles têm caráter temporário.

Para Barbosa, também não se justifica a associação entre a MP e a Lei Kandir, que prevê compensações pela perda de arrecadação do ICMS. Ele observou que a ambiguidade da lei gerou incertezas e que os recursos previstos na MP não podem ser contingenciados.

Para a reforma funcionar, disse, é preciso fazer acordos que revalidem os benefícios.

— O que for incentivo produtivo, para a pecuária e indústria, por exemplo, seria revalidado por 20 anos — disse.

Texto prevê auxílio de R\$ 8 bilhões anuais

O auxílio financeiro a estados e municípios previsto na MP é de R\$ 8 bilhões anuais. O recurso, para compensar as perdas na arrecadação do ICMS, será repassado ao longo de 20 anos, por meio de 12 parcelas mensais e iguais até o último dia de cada mês.

As alíquotas deverão ser unificadas em 4%, a partir de janeiro de 2025, nas operações do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo destinadas ao Sul e Sudeste. Nas operações do Sul e Sudeste destinadas às demais regiões, começa a valer em janeiro de 2016.

A MP cria o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), com R\$ 222 bilhões para projetos de investimentos em 20 anos. Em outro fundo serão alocados R\$ 74 bilhões, que os estados poderão usar para pagar subvenções das operações do FDR.

Comissões do Senado vão definir projetos prioritários

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, e os presidentes das comissões permanentes da Casa reuniram-se ontem para definir prioridades entre os projetos em tramitação. À saída da reunião, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que as reuniões, que se realizarão a cada 15 dias, são “um esforço do presidente do Senado para construir uma pauta positiva nas comissões”.

Segundo Lindbergh, os senadores deverão definir nos próximos dias as proposições consensuais na Casa, que passarão a ter prioridade nas comissões em que tramitam. No caso da CAE, adiantou o senador, as prioridades são a melhoria da competitividade brasileira, o debate do federalismo e a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além de questões que envolvem desburocratização e investimentos em infraestrutura.

— Vamos encontrar entre 20 e 25 projetos que deverão ser costurados da forma mais consensual possível — afirmou o parlamentar.

Mais tarde, na entrada do Plenário, a presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES), informou que os presidentes das comissões manifestaram a preocupação de agilizar matérias que deem um retorno efetivo à sociedade. Ela também destacou a elaboração de uma planilha dos projetos que estão em tramitação nas comissões, para detectar similaridades entre os temas discutidos

nos diferentes colegiados.

Os projetos foram divididos em cinco grupos temáticos: os administrativos, os econômicos, os da área jurídica e os da área social. Há ainda um grupo para temas “honoríficos”, do qual constam as datas sociais e as homenagens cívicas (veja quadro abaixo).

Grupos temáticos

ADMINISTRATIVOS

• Administração pública • Órgãos públicos • Licitação e contratos • Militares dos estados, DF e territórios • Organização político-administrativa do estado • Servidores públicos •

ECONÔMICOS

• Agricultura, pecuária e abastecimento • Desenvolvimento regional • Fiscalização e controle • Indústria e comércio • Planejamento e orçamento • Minas e energia • Recursos hídricos • Pesca e aquicultura • Política econômica e sistema financeiro • Política fundiária e reforma agrária • Política urbana • Tributação • Turismo • Viação e transportes • Zona de processamento de exportação •

JURÍDICOS

• Defesa do consumidor • Defesa nacional e Forças Armadas • Direito aeronáutico e direito espacial • Direito civil e processual civil • Direito comercial e econômico • Direito eleitoral e partidos políticos • Direito marítimo • Direito penal e processual penal • Direito dos estrangeiros • Direitos políticos, nacionalidade e cidadania • Processo legislativo • Relações internacionais • Segurança pública • Trânsito •

SOCIAIS

• Arte e cultura • Assistência social • Ciência, tecnologia e informática • Comunicações • Desporto e lazer • Desenvolvimento social e combate à fome • Direitos humanos e minorias • Educação • Família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres e idosos • Meio ambiente • Previdência social • Trabalho e emprego • Saúde •

HONORÍFICOS

• Data comemorativa • Homenagem cívica •

Alteração da LDO permitirá novas desonerações

Foi sancionada ontem pela presidente Dilma Rousseff uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que permitirá ao governo fazer novas desonerações e conceder reajuste salarial a servidores. Com a sanção da alteração da LDO, espera-se que o Orçamento de 2013, aprovado em março pelo Congresso, também seja sancionado ainda nesta semana.

A alteração na LDO amplia o abatimento do superávit primário em R\$ 20 bilhões. Com isso, a meta do superávit, que poderia ser reduzida em R\$ 45 bilhões, poderá ter uma redução de até R\$ 65,2 bilhões. O aumento foi uma sugestão do governo para ampliar a possibilidade de desonerar setores da economia.

A sanção também permite a inclusão de algumas carreiras no reajuste salarial de 15,8%, que será concedido pelo governo ao longo de três anos. Isso ocorre porque alguns grupos aderiram à proposta de reajuste fora do prazo.

CMO adia escolha de presidente e de relator

Foi adiada para terça-feira, às 14h30, a escolha do presidente e do relator da Comissão Mista de Orçamento (CMO). A votação não pôde ser realizada na reunião de ontem por falta de quórum.

Segundo o deputado Claudio Cajado (DEM-BA), a falta de acordo é um entrave para a escolha. Na opinião dele, a questão deve ser decidida entre os líderes dos partidos e os presidentes da Câmara e do Senado antes de ir para o Plenário da comissão.

— Se pudermos evitar a disputa, estaremos trazendo um benefício enorme para a comissão. Caso contrário, pode escrever: essa comissão irá ingressar em um ambiente beligerante, que não atenderá os requisitos que nós historicamente temos para fazê-la funcionar — afirmou.

Casildo Maldaner pede ampla reforma tributária



Waldemir Barreto/Agência Senado

Casildo Maldaner (PMDB-SC) voltou a defender ontem em Plenário uma ampla reforma tributária que, entre outras coisas, equilibre a carga de

tributos indiretos entre a população. O senador advertiu que, com o aumento da inflação, os mais pobres são os mais prejudicados, uma vez que os produtos alimentares, que registraram maior alta de preço nos últimos 12 meses, consomem, em média, 30% da renda.

Casildo assinalou que os impostos diretos incidem sobre a renda do cidadão (como o Imposto de Renda) de forma proporcional, enquanto os impostos indiretos, cobrados sobre consumo e produção, levam, de acordo com estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), 22% da renda bruta dos brasileiros.

Mário Couto alerta para a volta da inflação



Waldemir Barreto/Agência Senado

A volta da inflação no Brasil foi lamentada ontem em Plenário por Mário Couto (PSDB-PA). O senador disse estar preocupado com o aumento dos preços

e com a postura do governo federal, que, segundo ele, tem encoberto a situação.

— O governo já perdeu o controle da inflação. Tenho certeza de que não sou só eu que estou preocupado: também a senhora dona de casa, que vai ao supermercado, que lá vê os preços, que lá observa a subida dos preços — afirmou.

Couto também anunciou ter pedido ao Ministério Público do Pará a apuração de denúncias de ilegalidades na Federação Paraense de Futebol. Uma das denúncias feitas por ele é de que a federação obriga os clubes a comprar passagens aéreas de uma empresa que pertence ao diretor técnico da instituição, Paulo Romano.

Produtores do Nordeste precisam de milho com urgência para salvar gado

Devido à estiagem, criadores não têm mais alimento para os rebanhos. Governo nega falta de milho, mas admite problemas de abastecimento

EM AUDIÊNCIA NA Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), expositores e senadores pediram ontem uma solução urgente para garantir o abastecimento de milho no Nordeste. O debate alertou para os efeitos da estiagem: milhares de produtores perderam as pastagens e já não dispõem de fontes de alimento para os rebanhos.

Lídice da Mata (PSB-BA), que sugeriu a audiência, disse que muitos produtores recorreram a todo tipo de solução para alimentar os animais, como torta de algodão, bagaço de cana e outros concentrados volumosos. Com o esgotamento também dessas alternativas, acrescentou, os criadores enfrentam situação “absolutamente desesperadora”.

— Agora só temos uma solução: é o milho ou o milho.

O secretário de Agricultura da Bahia, Eduardo Seixas de

Salles, disse que o governo precisa acelerar as compras do produto e fazer uma distribuição eficiente a preços acessíveis. Por falta de comida ou água, segundo ele, já haviam morrido mais de 320 mil bovinos no semiárido baiano até novembro. Ele estima que hoje as perdas tenham chegado a mais de 500 mil cabeças.

— A mortandade só não é maior porque muitos animais foram “recursados” para outros estados — afirmou.

Logística ruim

Representante do Ministério da Agricultura, José Maria dos Anjos disse que não há falta de milho: a produção na safra de 2011–2012 superou 70 milhões de toneladas. Segundo produtor mundial, o Brasil até exportou milho no ano passado. Mas ele admitiu que há problemas regionais de abastecimento. Depois de

confirmar o diagnóstico, o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho da Silva, afirmou que o desafio é fazer o produto chegar ao Nordeste, em razão de problemas de infraestrutura e logística.

— O que falta não é milho, é logística, que no Brasil é zero, é sucata — reclamou Ramalho.

A alternativa rodoviária estaria prejudicada pela falta de caminhões e pela recusa dos carreteiros em aceitar fretes para o Nordeste. E os portos do Sul e do Sudeste, tradicionalmente engarrafados e lentos, estariam em situação ainda pior por causa das operações de exportação da soja.

Foi indicada como possível saída emergencial a importação de milho da Argentina, ainda que mais caro. De lá, o produto viria por mar diretamente para os portos nordestinos, para redistribuição em áreas carentes.

Conab não cumpre o papel regulador, acusa participante do debate

Segundo o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos, Érico Antonio Pozzer, pequenos e médios produtores enfrentam dificuldades de abastecimento. Ele destacou a incapacidade da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) de cumprir o papel regulador. O presidente da Conab, Rubens Rodrigues dos Santos, foi convidado para a audiência, mas alegou ter outros compromissos.

Pozzer citou a alta exagerada dos preços do milho devido ao aumento das cotações depois da quebra da safra americana. Segundo ele, o problema seria minimizado no Brasil se a Conab tivesse estoque suficiente.

O vice-presidente da CDR, Inácio Arruda (PCdoB-CE), que coordenou a audiência, concordou que a Conab necessita de reestruturação. Observou que a empresa vendeu armazéns “a troco de nada” e chamou a atenção para a necessidade de agilização das obras de infraestrutura de transporte.

Telebras pode ser operadora oficial da Copa do Mundo

Foi aprovado ontem o plano de trabalho da comissão mista que faz a análise prévia da Medida Provisória 600/2012, que dispensa licitação para contratação da Telebras como prestadora oficial de serviços de telecomunicação para a Copa das Confederações e para a Jornada Mundial da Juventude, em 2013, e para a Copa do Mundo de 2014.

A comissão, presidida por Delcídio do Amaral (PT-MS), promoverá duas audiências públicas. A primeira, na terça-feira, ouvirá representantes do Banco Central, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. A segunda será no dia 11, com representantes da Secretaria do Tesouro Nacional, da Telebras, da Secretaria de Aviação Civil e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

A MP determina também que recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), destinados à ampliação de aeroportos, sejam geridos pelo Banco do Brasil.

Parlamentares vão discutir MP do sistema financeiro

As mudanças na regulação de instituições financeiras previstas na Medida Provisória 608/2013, que visam reduzir o risco de crise no sistema, serão discutidas no próximo dia 25 na comissão mista que analisa a MP.

A sugestão é do relator, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). Serão convidados representantes do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários, da Federação de Bancos e da Receita Federal.

A MP autoriza instituições financeiras a apurar crédito presumido a partir de provisões para perdas com inadimplência e estabelece regras para distribuição de dividendos dos bancos, a partir de resolução do Conselho Monetário Nacional.

De acordo com o cronograma aprovado ontem, Cássio Cunha Lima deverá apresentar parecer preliminar à MP em 15 de maio.

O presidente da comissão, deputado Cláudio Puty (PT-PA), explica que a MP integra as ações para adequar o sistema brasileiro ao Acordo de Basileia 3, de prevenção a crises financeiras como a de 2008.



Inácio Arruda (C) coordena a audiência e chama a atenção para a necessidade de agilizar obras de transporte

Medida que amplia financiamentos no BNDES segue para a Câmara

A comissão mista que examina a Medida Provisória (MP) 594/2012 aprovou ontem, por unanimidade, o relatório do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG). A medida, cujo parecer agora segue para a Câmara, amplia em R\$ 85 bilhões o limite de financiamento do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), do BNDES. A comissão foi presidida pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Hoje o limite de financiamentos é de R\$ 227 bilhões para operações contratadas pelo banco, destinadas à aquisição e produção de bens de capital, e para operações contratadas pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), destinadas à inovação tecnológica. O objetivo da MP é estimular a competitividade da indústria.

Os financiamentos do PSI, alterados pela MP, são para aquisição, produção

e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos; capital de giro associado; produção de bens de consumo para exportação; energia elétrica; e projetos de engenharia. Também podem ser beneficiados a inovação tecnológica e projetos para instalar capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia.

Humberto elogia iniciativas para ajudar vítimas da seca



Humberto Costa (PT-PE) saudou as medidas anunciadas pela presidente Dilma de ajuda às famílias afetadas pela seca no Nordeste.

Em pronunciamento da tribuna, ontem, o parlamentar disse que as ações previstas pelo governo federal, que incluem desde ajudas emergenciais até obras de infraestrutura, demonstram o compromisso da presidente Dilma com o Nordeste.

— Medidas emergenciais vêm para atenuar o sofrimento que a população nordestina vivencia, ao mesmo tempo em que as obras estruturadoras estão sendo construídas — explicou.

Sérgio Souza anuncia feiras agropecuárias no Paraná



Sérgio Souza (PMDB-PR) anunciou ontem a realização, nos próximos meses, de duas feiras agropecuárias no Paraná. De hoje a 14 de abril, Londrina sedia a ExpoLondrina 2013.

De 9 a 19 de maio, será a vez da Expoingá 2013, em Maringá. Ele explicou que as feiras surgiram de festas populares em que comerciantes divulgavam seus produtos.

— Essas feiras colocam à disposição dos produtores rurais as várias inovações do setor agropecuário e, por essas inovações, chegamos à produtividade que temos hoje no Brasil, um dos mais importantes produtores rurais do mundo — afirmou.

Anibal destaca o Programa Nacional de Habitação Rural



Anibal Diniz (PT-AC) ressaltou ontem a importância do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Minha Casa, Minha Vida, por realizar o sonho de trabalhadores rurais que almejam uma condição de moradia melhor.

— Tive a oportunidade de ver de perto o impacto positivo que causa na vida das pessoas — afirmou.

Ele ressaltou que o programa investe R\$ 30,5 mil na construção de uma moradia de boa qualidade e o beneficiário devolve à União apenas 4% do valor subsidiado, em quatro parcelas anuais.

Questões como logística de transporte, portos e aeroportos e obras em estradas também serão tema de debate em Plenário

Diligências poderão acompanhar problemas de infraestrutura

OS SENADORES DA Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) propuseram o acompanhamento, por meio de diligências e de audiências públicas, dos problemas de infraestrutura do país. A proposta foi feita depois de o presidente do colegiado, Fernando Collor (PTB-AL), apresentar cronograma elaborado pela comissão sobre a situação de obras em rodovias a cargo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit).

O cronograma foi elaborado a partir da audiência realizada em 27 de março, com o diretor do Dnit, general Jorge Ernesto Fraxe. Na ocasião, ele respondeu a questionamentos dos senadores e de cidadãos, que participaram pelo Alô Senado, sobre a conclusão de obras em rodovias de todo o país.

Na reunião de ontem, Blairo Maggi (PR-MT) sugeriu o envio de pedido de informações ao general Fraxe sobre a possível atuação de algum órgão ou instituto que esteja atrapalhando o Dnit no cumprimento dos prazos apresentados aos senadores. A ideia do senador é ouvir representantes desses órgãos sobre os problemas que possam estar enfrentando e, assim, tentar contribuir para a conclusão das obras.

— Dessa forma, a CI estaria dando uma ajuda muito grande ao próprio Executivo e à sociedade — afirmou Maggi.



Collor, presidente da CI, informa que requerimento sobre visitas será votado na próxima reunião

Jayme Campos (DEM-MT) sugeriu que a comissão promova diligências buscando a solução de alguns problemas de infraestrutura como os dos portos. Walter Pinheiro (PT-BA) acrescentou que a visita deve ser não apenas aos portos marítimos, mas também aos secos, sobretudo devido à estiagem e aos problemas do abastecimento de milho no país. O presidente da CI sugeriu a apresentação de requerimento para a realização de diligências, a ser votado na próxima reunião da comissão.

Vital do Rêgo (PMDB-PB) informou

a apresentação, no dia 9, do relatório da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil. O documento trata dos problemas de infraestrutura e logística dos aeroportos levantados pela subcomissão por meio de 14 audiências públicas realizadas em 2012. O ministro da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, deve ser ouvido nesse dia.

Collor também informou que a CI deve realizar um amplo debate no Plenário sobre a questão da infraestrutura e dos nós logísticos que dificultam o desenvolvimento do país.

Blairo sugere ações para melhorar logística brasileira

Blairo Maggi (PR-MT) reafirmou ontem a preocupação com problemas de infraestrutura. Ele propôs uma espécie de rito sumário para projetos portuários e relativos a terminais graneleiros, a fim de melhorar as condições logísticas, principalmente no Centro-Oeste.

A intenção do senador é reduzir o custo Brasil, minimizar gargalos para o escoamento da produção e ter opções para o transporte de grãos.

Entre as sugestões, estão diminuir prazos para análise e liberação de financiamentos de bancos estatais e implementar a BR-80 para que as safras de Mato Grosso cheguem à Ferrovia Norte-Sul.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Taques critica gargalos para escoar safra de MT

Pedro Taques (PDT-MT) criticou a incapacidade do governo para resolver problemas de infraestrutura. O senador disse que Mato Grosso tem uma das melhores e mais baratas safras de grãos do mundo, mas é prejudicado pela falência dos sistemas de transporte e armazenagem. Isso evidencia, na opinião dele, que o problema está “da porteira para fora da fazenda”.

Taques destacou que caminhões percorrem até 4 mil quilômetros para levar grãos aos portos, situação que considerou absurda.

— As soluções mágicas que o governo federal tenta vender são as concessões para tudo. E nem assim a coisa anda — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

TCU dará informações sobre fiscalização de obras

A CI aprovou requerimento de Fernando Collor para que o Tribunal de Contas da União (TCU) preste informações sobre os procedimentos dos planos anuais de fiscalização de obras públicas (Fiscobras), principalmente nos exercícios de 2012 e 2013.

Collor criticou os procedimentos do TCU na fiscalização das obras de infraestrutura do país. Para ele, o atraso e a retomada dos empreendi-

mentos acabam saindo mais caros aos cofres públicos.

— Não tem sentido paralisar, por exemplo, oito trechos de uma obra de rodovia, para depois verificar que somente dois trechos apresentavam de fato problemas sérios — disse.

O presidente da CI questionou ainda o alcance do poder do TCU para suspender as obras. Segundo o senador, a Constituição atribui essa ação ao Congresso Nacional.

O TCU deverá prestar informações sobre oito itens, entre eles, se é calculado o custo econômico de paralisação frente ao prejuízo estimado na continuidade da obra nos casos de indicativo de paralisação e indicativo de retenção. Indaga-se também quantos contratos foram enviados ao Congresso, na relação de obras e serviços com indícios de irregularidades graves, para a elaboração da lei orçamentária de 2013.

Marco regulatório da mineração será tema de debate

A reforma do marco regulatório do setor mineral será tema de pelo menos quatro audiências na Comissão de Infraestrutura. Segundo requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aprovado ontem, serão debatidos o título minerário (que dá autorização para a exploração) e a promoção da atividade mineral; a compensação financeira pela exploração dos recursos minerais (royalties); e a exploração em casos especiais, como terras indígenas, fronteira e alto mar. Uma última audiência geral deve contar com as presenças do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão; dos governadores do Pará, Simão Jatene; de Minas Gerais, Antonio Anastasia; e da Bahia, Jaques Wagner.

Jayme Campos (DEM-MT) classificou a especulação que tem tomado conta do debate sobre o marco como uma “máfia”. Segundo Lobão Filho (PMDB-MA), pessoas físicas e jurídicas

detêm, às vezes, 2 mil outorgas e não possuem sede para negociar esse título com empresas que realmente desejam produzir. Disse ainda que os senadores precisam ter acesso ao trabalho sobre o marco feito pelo Ministério de Minas

e Energia, finalizado há alguns meses e encaminhado à Presidência da República. Fernando Collor afirmou que tentará marcar uma reunião sobre o tema com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para terça-feira.



Agência Vale

Mina de potássio Taquari-Vassouras (SE): senadores da CI dizem que especulação domina o setor

Jayme Campos vê falência do sistema de transportes

Jayme Campos (DEM-MT) afirmou que o sistema de transporte está falido, o que provoca a perda de competitividade dos produtos primários brasileiros.

Como exemplo, ele citou o recente cancelamento da compra de 2 milhões de toneladas de soja pela China.

— O responsável foi o atraso no envio, uma espécie de combinação danosa entre estradas mal conservadas, pequena frota para embarque dos grãos em ferrovias e rodovias e falta de agilidade nos principais portos — disse.

Jayme Campos propôs à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) a criação de grupo de trabalho para buscar saídas para o setor.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Rita faz duras críticas ao deputado Feliciano

Senadora resolveu se manifestar dada a grande repercussão das declarações do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara

PRESIDENTE DA COMISSÃO de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH), a senadora Ana Rita (PT-ES) classificou ontem como graves e destrutivas as declarações do deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Na abertura da reunião da CDH, Ana Rita disse que, por cautela, até agora havia evitado fazer comentários públicos sobre o assunto, mesmo quando foi tomada por perplexidade.

— São declarações e atitudes que instigam o preconceito, o racismo, a homofobia e a intolerância. Todas absolutamente



Marcia Kolumbe/Agência Senado

Ana Rita reiterou apoio a “todos os protestos de quem se sentir agredido”

incompatíveis e inadequadas para a finalidade do Poder Legislativo — ressaltou.

A senadora explicou que a manifestação dela neste momento é a resposta de uma representante do Senado à grande repercussão das reações contrárias e da polêmica em

torno da postura do deputado.

— O quadro atual da Comissão de Direitos Humanos da Câmara é de extrema gravidade, pois coloca em sérios riscos a ação de uma instituição de alta importância para os avanços da democracia e dos direitos humanos — disse.

Incentivo à contratação de deficientes

A dedução do Imposto de Renda de empresas que empregam pessoas com deficiência foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A proposta acrescenta parágrafo à Lei 9.249/1995, para permitir o incentivo fiscal à empresa que mantiver no quadro de empregados pessoas com deficiência em número igual ou superior a 10% do total.

No projeto (PLS 391/2012), o autor, senador Mário Couto (PSDB-PA), explica que o objetivo é substituir a punição dos empresários, com constantes multas aplicadas pela fiscalização trabalhista, por mecanismos de incentivo econômico que transformem a empregabilidade das pessoas com deficiência em algo lucrativo.



Marcos Oliveira/Agência Senado

tencenciário Nacional para vítimas de exploração sexual e de tráfico de pessoas.

De acordo com a proposta (PLS 374/2012), valores arrecadados com multas impostas em casos de peculato, corrupção ativa e corrupção passiva serão destinados à reparação de danos causados pela exploração sexual e pelo tráfico de pessoas.

Segundo a autora, senadora Lídice da Mata (PSB-BA), o objetivo é favorecer o tratamento e a recuperação de pessoas que foram vítimas desses crimes.

A Comissão de Direitos Humanos aprovou ontem projeto que destina recursos do Fundo Penitenciário Nacional para vítimas de exploração sexual e de tráfico de pessoas.

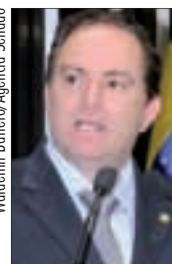
CDH aprova audiências e cria subcomissões

A CDH também aprovou a realização de sete audiências. Hoje a discussão é sobre a Campanha do Milênio, das Nações Unidas. Outros debates, a serem agendados, serão sobre a nova modalidade de medida socioeducativa; a participação das mulheres nas eleições de 2010; os 17 anos do conflito de Eldorado dos Carajás (PA); a situação das famílias de vítimas do massacre de Felisburgo (MG); a luta da pessoa idosa pela cidadania; e a discriminação sofrida por portadores de HIV.

Foi ainda aprovada a criação de duas subcomissões permanentes: a de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo, proposta por Paulo Davim (PV-RN); e a da Memória, Verdade e Justiça, por João Capiberibe (PSB-AP).

João Costa sugere leituras para aprimorar o processo legislativo

João Costa (PPL-TO) destacou ontem a necessidade de “redignificar” o processo legislativo e a atuação do Senado. Como contribuição ao debate, sugeriu a



Waldemir Barreto/Agência Senado

leitura de obras consagradas de autores como Benjamin Constant e Immanuel Kant.

O primeiro livro recomendado foi *Sobre a Liberdade dos Antigos Comparada com a dos Modernos*, que, segundo ele, evidencia os conflitos entre o direito de participação política e a garantia

indisponível de alguns direitos individuais.

De Kant, o senador sugeriu *Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Crítica da Razão Prática*, por trazer uma concepção

de dignidade humana capaz de embasar os direitos fundamentais sem recorrer a razões de fundo religioso.

João Costa também mencionou autores relacionados ao debate dos direitos fundamentais, como Ronald Dworkin, Robert Alexy e Jeremy Waldron.

Rollemberg: emenda das domésticas é uma vitória de todo o Brasil

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou ontem que a promulgação da Emenda Constitucional 72/2013 é uma conquista de toda a população



Waldemir Barreto/Agência Senado

brasileira. Não foram só os empregados domésticos que comemoraram a mudança, disse o senador, mas todas as pessoas que lutam há anos por um Brasil mais justo e generoso.

— Era inconcebível que as empregadas domésticas não tivessem direito a um fundo

de garantia que lhes dê tranquilidade no momento que deixam seus empregos ou no momento que precisam sacar esses recursos — disse.

Rollemberg acredita que a atitude corajosa tomada fortalece a imagem do Congresso Nacional perante o país. O senador reconheceu que a sociedade viverá momentos de adaptação à emenda, mas disse acreditar que a maioria da classe média compreenderá a mudança e se adaptará a ela.

Vanessa comemora equiparação de direitos entre os trabalhadores

A promulgação da emenda que equipara os direitos dos empregados domésticos aos dos demais trabalhadores foi comemorada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A Emenda Constitucional 72/2013 é resultante da PEC das Domésticas, aprovada pelo Senado em 26 de março.

Vanessa ressaltou que essa foi uma conquista histórica para os trabalhadores brasileiros e acrescentou que não existe país com maior



Waldemir Barreto/Agência Senado

número de trabalhadores domésticos do que o Brasil.

— São aproximadamente 7 milhões que vivem como empregada ou empregado doméstico. Mais de 90%, segundo dados estatísticos oficiais, são mulheres. Apenas 23% possuem registro efetivo em carteira de trabalho e previdência social. Não podemos demorar na análise da regulamentação e de mudanças na relação entre empregadores e empregadas domésticas — ressaltou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Plenário vota hoje urgência para Estatuto da Juventude

Falta de assinaturas no requerimento ontem adiou para semana que vem análise do projeto que estabelece direitos para pessoas de 15 a 29 anos

A VOTAÇÃO DO Estatuto da Juventude (PLC 98/2011) em Plenário, prevista para ontem por uma parte dos senadores, acabou adiada por falta de assinaturas para o pedido de urgência. O requerimento deve ser analisado hoje, para votação do projeto na semana que vem. O texto foi aprovado pela manhã na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O estatuto estabelece direitos para as pessoas de 15 a 29 anos. Segundo o relator, Paulo Paim (PT-RS), o projeto é uma reivindicação da sociedade e tem aval de todos os partidos, que encaminharam moção de apoio.

Logo após a aprovação na CAS, Paim, acompanhado de senadores, estudantes e representantes da Juventude do PMDB e do PT, havia pedido ao presidente do Senado, Renan Calheiros, apoio ao regime de urgência para votação em Plenário.

Quatro emendas, apresentadas pelo líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI), foram



Renan (C) recebe comissão de estudantes e senadores pedindo rapidez na votação

acatadas por Paim. Elas tratam das questões mais polêmicas. A meia-entrada para eventos culturais, artísticos e esportivos, por exemplo, fica garantida só a jovens estudantes ou comprovadamente carentes. Outra emenda exige renda familiar de até dois salários mínimos para o estudante ter direito a gratuidade ou desconto em viagens interestaduais. Empresas de transporte deverão reservar dois assentos à gratuidade e mais dois com desconto de 50%.

A idade de abrangência ficou dos 15 anos aos 29 anos, com ressalva a direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para que seja aplicada a norma que melhor beneficiar o jovem. Também por emenda, é retirada a obrigatoriedade de o poder público promover programas culturais para jovens em meios de comunicação de massa.

Proposta inclui proteção da adolescência entre os direitos da Constituição

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC 70/2011) de Paulo Bauer (PSDB-SC) que inclui a proteção à adolescência entre os direitos sociais constitucionais, ao lado de educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

Relatora na CCJ, Lúcia Vânia (PSDB-GO) apoia a ideia e diz que na adolescência as pessoas ainda não têm discernimento para exercer integralmente direitos e deveres de adulto. A PEC segue para dois turnos de votação no Plenário do Senado.

Psicopedagogos reivindicam regulamentação de atividade

A Comissão de Educação (CE) realizou audiência ontem sobre a regulamentação da atividade dos psicopedagogos, objeto do Projeto de Lei da Câmara 31/2010. Participaram do debate uma representante da categoria, que defendeu a regulamentação, e representantes de psicólogos e fonoaudiólogos, contrários à aprovação.

A presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia, Quêzia Bombonato, explicou que há hoje 150 mil psicopedagogos no país. A prática, segundo ela, já é regulamentada em vários lugares.

A presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia, Bianca Queiroga, disse que, como não especifica curso superior, o projeto, como está, abre espaço para que pessoas sem formação na

área de saúde possam realizar algumas atividades clínicas.

Já Celso Tondin, integrante do Conselho Federal de Psicologia, criticou a exigência de curso de especialização para o exercício da atividade no caso dos psicólogos.

Alayde Maria Digiovanni, diretora da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, afirmou que a regulamentação retoma uma visão de aprendizagem que culpa o aluno pelo fracasso dele.

Relator do projeto na CE, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse esperar que a negociação leve ao consenso entre as categorias.

O presidente da comissão, Cyro Miranda (PSDB-GO), solicitará aos Ministérios do Trabalho, da Saúde e da Educação que se manifestem a respeito.



Cyro Miranda (C) preside audiência na CE sobre exercício da psicopedagogia

Cristovam: Brasil precisa de ampla reforma na educação

Os 49 anos do início do regime militar foram lembrados em Plenário ontem por Cristovam Buarque (PDT-DF). Para o senador, o regime decorreu principalmente do medo das elites brasileiras de que as reformas de base fossem feitas.

Para Cristovam, é hora de pensar quais reformas o país precisa para encarar os próximos 50 anos. Na opinião dele, uma reforma seria fundamental: a da educação.

O senador explicou que, no regime militar, o principal recurso produtivo do país era a terra e os trabalhadores rurais. Hoje, avaliou, o principal recurso é a inteligência do brasileiro. Por isso, a grande reforma seria oferecer educação de qualidade a todos os brasileiros. O caminho, defendeu, é a federalização da educação básica.



Cristovam propõe reflexão sobre reformas para os próximos 50 anos

Paulo Davim relembra experiência educativa de Paulo Freire

Paulo Davim (PV-RN) lembrou ontem os 50 anos da experiência educativa de Paulo Freire realizada em 1963 no Rio Grande do Norte. O objetivo era alfabetizar adultos em apenas 40 horas na cidade de Angicos, que tinha taxa de analfabetismo de 75%.

O método incluía o uso de palavras que faziam parte do universo vocabular do alfabetizando para acelerar a aprendizagem. A iniciativa, lembrou o senador, resultou na alfabetização de 300 pessoas em 40 horas de aula. Após a experiência, o método recebeu recursos e ganhou repercussão, mas foi interrompido pelo regime militar.

Para o senador, mais do que alfabetizar, Freire despertava nos alunos, homens simples do campo, a consciência de cidadania.



Davim diz que seria impossível não homenagear Paulo Freire

Avança projeto que permite renúncia à aposentadoria

O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social poderá voltar a trabalhar e requerer nova aposentadoria quando quiser, segundo projeto de Paulo Paim (PT-RS) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Como foi aprovado na forma de substitutivo de Paulo Davim (PV-RN), o PLS 91/2010 pode seguir direto para a Câmara, se for aprovado em votação

suplementar na própria CAS e não houver recurso para votação em Plenário.

O projeto de desaposentadoria, como é chamado, assegura contagem do tempo de contribuição para recálculo mais vantajoso. Pelo substitutivo, o trabalhador não precisa devolver os valores recebidos.

Davim disse que a Justiça tem milhares de ações pedindo desaposentadoria.

O entendimento tem sido favorável aos aposentados. Segundo ele, a busca pela desaposentadoria aumentou depois de 1999 devido ao fator previdenciário, que reduz o valor do benefício de quem se aposenta com menos idade.

Em discurso no Plenário, Paim comemorou a aprovação do projeto na CAS e pediu aos colegas agilidade no exame da proposta.

Desconto sem autorização no benefício de aposentado será punido

Associações e entidades de aposentados que descontarem mensaldades nos benefícios sem a autorização do associado poderão ser multadas. É o que determina projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto de lei do Senado (PLS 316/2010) é do ex-senador Arthur Virgílio e altera a lei que trata dos benefícios previdenciários (Lei 8.213/1991). De acordo com o texto aprovado, a entidade ou associação receberá multa de 50% calculada sobre o valor arrecadado sem a autorização do aposentado.

Favorável à aprovação da proposta, o relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), ressaltou que a falta de punição legal expressa favorece o descumprimento da lei pelas entidades.

Suplicy cobra solução para pensionistas do antigo Banespa



Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a defender ontem reivindicação de funcionários inativos do antigo Banco do Estado de São Paulo (Banespa) admitidos até 22 de maio de 1975 pelo devido pagamento de pensões e benefícios.

O senador explicou que aposentados e pensionistas do antigo Banespa, vendido ao Santander em novembro de 2000, reclamam que não recebem reajuste na complementação de benefícios a ser paga mensalmente pela instituição desde a privatização.

Segundo Suplicy, acordos firmados na aquisição do Banespa não foram cumpridos.

Nova partilha do FPE deve ser votada na terça-feira

Começa a ser discutido hoje o substitutivo de Walter Pinheiro. Senador ressaltou necessidade de segurança jurídica para os estados e para a União, mantendo como piso os valores já recebidos.

O PLENÁRIO DO Senado realiza hoje a primeira sessão de discussão do relatório de Walter Pinheiro (PT-BA) sobre a partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). A votação da matéria está marcada para terça-feira.

Durante debate sobre o assunto ontem em Plenário, Pinheiro buscou novamente obter acordo em torno do substitutivo que elaborou para reunir oito projetos de lei do Senado (PLSs) sobre o assunto: 192, 289, 744 e 761, de 2011; e 35, 89, 100 e 114, de 2012). Como parte da análise da proposta, os senadores rejeitaram o Requerimento 20/2013, de Eduardo Lopes (PRB-RJ), que solicitava o desapensamento do PLS 744/2011 dos demais projetos que tratam do FPE.

José Sarney (PMDB-AP) pediu pressa em relação ao FPE e argumentou que o requerimento de Lopes era mais uma tentativa de adiamento da apreciação do texto.



Sarney (E) denuncia procrastinação da votação do projeto, que tem regime de urgência

— Há quatro semanas que eu aqui já denunciei a procrastinação na votação dessa matéria. Não quero dizer que seja votada hoje, mas que se abra a discussão, uma vez que a Casa votou regime de urgência — afirmou Sarney.

Walter Pinheiro apelou aos demais parlamentares para que o substitutivo seja aprovado. Ele voltou a assinalar que a ideia é proporcionar segurança jurídica para os estados e para o governo federal, mantendo como piso os valores já recebidos.

No caso de eventuais mudanças ou propostas de

aumento para o fundo, o senador assinalou que o Congresso vai ter até 2017 para o debate. O parlamentar sugeriu um acordo em duas partes.

— A primeira parte é o que nos une, a prorrogação do contrato. O consenso é aprovar a matéria para assegurar que até 31 de dezembro de 2015 os estados manterão a sua alíquota — explicou.

A segunda parte, disse o senador, é dedicada ao período de transição necessário para a discussão das alterações no contrato, com os novos cálculos para a transferência dos recursos.

Senado aprova dois novos integrantes para o CNJ

Os senadores aprovaram na tarde de ontem as indicações de Maria Cristina Peduzzi e Guilherme Calmon para integrarem o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2013-2015.

O desembargador federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama foi indicado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a ministra Maria

Cristina Peduzzi foi indicada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Na parte da manhã, os nomes já haviam sido aprovados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Maria Cristina foi a segunda mulher na história a ser ministra do TST, onde assumiu em 2001. Ela é formada em Direito pela

Universidade de Brasília.

Calmon integra o Tribunal Regional Federal da 2ª Região desde 2008 e é professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

A indicação de Calmon foi aprovada com 61 votos favoráveis e 2 contrários, enquanto a de Maria Cristina foi confirmada com 57 a favor e 3 contrários.



Marcos Oliveira/Agência Senado

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), indicada para ser a nova ouvidora do Senado Federal, se reuniu ontem com a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, o secretário de Comunicação Social do Senado (Secs), Davi Emerich, e o ombudsman da Secs, Rogério dy la Fuente. Lúcia Vânia, que deve tomar posse no cargo na próxima semana, ouviu dos jornalistas a disposição de agir em conjunto para evitar a duplicidade de trabalho e fortalecer a Ouvidoria. A senadora adiantou que pretende visitar ouvidorias do setor público e promover intercâmbios. — Vou atuar politicamente para difundir mais a existência da nossa Ouvidoria e na promoção da transparência das ações do Senado — afirmou a parlamentar.

Requião defende blog ameaçado de fechar

Roberto Requião (PMDB-PR) fez um apelo, no Plenário, pela manutenção do blog do jornalista Luiz Carlos Azenha. Ele havia anunciado o fim do *Vi o Mundo* depois de condenado em primeira instância a pagar R\$ 30 mil numa ação movida pelo diretor da Central Globo de Jornalismo, Ali Kamel, por suposta campanha difamatória.

De acordo com Requião, o defeito de Azenha “é não ser petista”. O senador acrescentou que o jornalista “não é tucano, não é peemedebista e não é governista”.

— Azenha é um repórter visceralmente obcecado, fiel ao mandamento máximo dos repórteres, que é buscar a verdade dos fatos, antes de tudo, acima de tudo — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Everton Vargas será o novo embaixador na Argentina

O Senado aprovou ontem a indicação de quatro novos embaixadores brasileiros. Além de Everton Vieira Vargas, que ocupará o posto na Argentina, foram aprovados nomes para Belize, na América Central, e para Hungria e Armênia, no Leste Europeu.

Durante a sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), em março, o novo representante na Argentina falou sobre o Mercosul e sobre as relações com o país vizinho. Para ele, é preciso aprofundar a integração econômica e comercial e

concretizar projetos em áreas como infraestrutura, mineração, energia, cooperação dos campos nuclear e espacial e integração de cadeias produtivas em alta tecnologia.

— O Mercosul, com a Venezuela, passa a ter 70% do PIB da América do Sul e a ser um dos maiores exportadores de petróleo do mundo.

Para Belize, foi aprovado o nome de Lúcio Pires de Amorim. Já para a Hungria e Armênia seguirão Valtter Pecly Moreira e Edson Marinho Duarte Monteiro, respectivamente.

PEC que agiliza acordo internacional sai de pauta

Um pedido de vista tirou da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta que acelera o exame de tratados internacionais pelo Congresso. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 35/2011 estabelece que o exame é de competência privativa do Senado. Hoje, os acordos passam também pela Câmara.

O autor da proposta, Luiz Henrique (PMDB-SC), disse que teve a ideia depois de observar que tratados internacionais chegavam a tramitar

no Congresso por até 15 anos, “o que desmoraliza o país perante a comunidade internacional”.

— O chefe de Estado celebra tais acordos com festa e pompa, mas depois eles não são implementados por falta de aprovação — criticou.

Para o senador, o atraso ocorre devido à necessidade de aprovação nas duas Casas. A ideia de limitar a análise ao Senado, porém, é alvo de críticas de senadores como Roberto Requião (PMDB-PR) e Pedro Taques (PDT-MT).

Jucá quer projeto para Supersimples Doméstico

Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou ontem que o Senado deverá apresentar projeto de lei propondo a criação do Supersimples Doméstico, regime especial de tributação semelhante ao que é aplicado atualmente para microempresas.

Por meio dele, explicou Jucá, será possível aos empregadores pagar em uma única guia o FGTS e a contribuição previdenciária do empregado.

— Aprovamos uma emenda constitucional que estabelece igualdade e reconhece direitos dos empregados domésticos. Agora temos de operacionalizar esses direitos sem criar problemas para os empregadores — disse.

De acordo com Jucá, na próxima terça-feira representantes do Ministério da Fazenda, da Receita Federal e da Caixa Econômica Federal se reunirão no gabinete dele para tratar do assunto. O objetivo é aprovar o projeto ainda em abril.

Prorrogação de contratos do FNDE tem análise adiada

A comissão mista para análise da Medida Provisória 602/2012, que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), votará na próxima semana o relatório do deputado Beto Faro (PT-PA). Ele rejeitou as emendas apresentadas ao texto.

O presidente da comissão, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), adiou a análise porque o Plenário do Senado já se encontrava em processo de votação.

A MP 602/12 autoriza a prorrogação até 30 de junho deste ano de 37 contratos temporários no Censipam e de 60 no FNDE, todos vencidos em 31 de dezembro de 2012. O governo justificou a medida alegando ser necessário garantir a continuidade dos trabalhos até que novos servidores sejam nomeados.